



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO



REVISÃO DO PDM DE LISBOA

RELATÓRIO AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

Março de 2011

Ficha técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa técnica

Gustavo Vicente

Constança Belchior

Selma Uamusse van Nespen

Sofia Frade

Rute Martins

Paulo Santos

Índice

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?	1
O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE PLANOS E PROGRAMAS? E O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	1
O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?	2
QUAL É O OBJECTO DE AVALIAÇÃO DA AAE? O QUE SE AVALIOU?	2
QUAIS FORAM OS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD) DO PDML?	3
QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM AVALIADAS?	4
QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS, E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?	5
QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS QUE PODEM SER RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?	5
QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	7
QUAIS AS PRINCIPAIS DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO? E QUEM SÃO OS PRINCIPAIS AGENTES NO SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO?	8
QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?	9
O QUE SE CONCLUIU SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PDML?	9

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA

RELATÓRIO AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico (RNT)** é um documento que integra o Relatório Ambiental (RA) e que pretende informar prévia e adequadamente, todos os que têm direito a participar. O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes do RA. Quem pretender aprofundar alguns aspectos relativos à integração e avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade na revisão do Plano Director Municipal de Lisboa (PDML) poderá consultar o RA que estará disponível, durante o período de consulta pública.



CM de Lisboa:
www.cm-lisboa.pt

O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE PLANOS E PROGRAMAS? E O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A revisão do PDML encontra-se sujeita a um processo de **Avaliação Ambiental (AA)** de acordo com a legislação em vigor. O objectivo da AA consiste em apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que apresentam para um desenvolvimento sustentável.

A avaliação ambiental do PDML segue uma metodologia de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** desenvolvida por Partidário (2007), segundo a qual a avaliação é conduzida em simultâneo com a revisão do PDML, em interacção com a equipa responsável pela elaboração do plano e procura evitar efeitos adversos integrando as questões ambientais e de sustentabilidade na elaboração do plano. A AAE avalia as oportunidades e os riscos para o ambiente e para a sustentabilidade do concelho de Lisboa que poderão decorrer da implementação do PDM.

Para esse efeito a AAE identifica **Factores Críticos para a Decisão (FCD)** – temas estrategicamente relevantes que na prática correspondem a janelas de observação do território – segundo os quais serão analisados e avaliados os aspectos que são mais importantes e relevantes para o concelho de Lisboa, em termos de ambiente e sustentabilidade.

A avaliação estratégica tem em consideração as tendências dominantes relativamente aos temas considerados nos FCD, bem como as principais políticas ambientais e de sustentabilidade que devem servir de orientação para o desenvolvimento do plano e de referência para a avaliação (como por exemplo as políticas energia-clima, políticas de conservação e biodiversidade, políticas de resíduos e gestão da água, políticas sociais, entre outras). Avalia-se então as principais estratégias do plano do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade.

Essa avaliação é feita em duas fases: primeiro, avalia-se as opções estratégicas do plano, ou seja, os caminhos que estão a ser propostos para alcançar a visão e os objectivos desejados para o território. Avalia-se depois o modelo territorial, ou seja, a

Plano Director Municipal (PDM) – é um plano de ordenamento do território que determina as regras de uso e ocupação espacial de um município.

Ambiente – um conceito alargado entendido como o contexto em que vivem as pessoas e ocorrem actividades, e os meios e relações que as suportam.

Partidário, MR (2007).
“Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas”, 1ª ed.
Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

Legislação em vigor:

Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro - com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, e subsidiariamente com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

forma como as opções consideradas preferíveis são concretizadas na prática, através de medidas e regras de ordenamento do território tal como constantes no Regulamento do PDM. Por último e com base nos resultados da avaliação, definem-se directrizes de planeamento, gestão e controlo (monitorização), bem como um quadro de governança, ou seja, orientações de planeamento, gestão e monitorização da implementação do plano, bem como as responsabilidades institucionais associadas.

O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?

O **Relatório Ambiental (RA)** é um documento no qual se sintetizam as principais análises e conclusões do processo de AAE decorrido ao longo da elaboração do Plano. O **RA**, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT) são instrumentos fundamentais para efeito de discussão pública final do Plano.

Na AAE a participação das entidades e do público interessado é fundamental, já que as suas perspectivas e contributos podem ser muito relevantes para a decisão sobre o plano ou programa. Esta discussão pública não deve acontecer apenas quando o Plano fica pronto, mas deve ter lugar durante o decurso do processo de planeamento.

A entidade responsável por um plano que envolve uma AAE deve criar condições de participação o mais cedo e o mais activas possível. No mínimo, para cumprir a legislação, a entidade responsável deve preparar dois documentos: um relatório de âmbito para discutir com as entidades públicas relevantes os temas a analisar e a forma de conduzir a AAE, e um **RA** com as conclusões a que se chega com a AAE conduzida.

A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade responsável pela elaboração do Plano Director Municipal de Lisboa. A aprovação do plano é da responsabilidade da Assembleia Municipal de Lisboa.

O RA, os resultados da consulta efectuada a entidades e os resultados da consulta pública serão ponderados na versão do plano a aprovar.

Após a aprovação do plano é emitida uma **Declaração Ambiental**, documento público, onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano e as medidas de controlo a implementar.

QUAL É O OBJECTO DE AVALIAÇÃO DA AAE? O QUE SE AVALIOU?

O **objecto de avaliação da AAE**, ou seja, o que a AAE avaliou no que diz respeito aos efeitos ambientais do PDML, foram as prioridades estratégicas definidas pelo PDML, bem como a sua tradução em medidas concretas de ordenamento da cidade, através do modelo territorial.

As grandes questões que justificaram a revisão do PDML estão relacionadas com a construção de novas infra-estruturas estruturantes na Área Metropolitana de Lisboa que irão provocar alterações no ordenamento da cidade de Lisboa:

- A terceira travessia do Tejo;
- A rede de alta velocidade ferroviária – AVF;
- O Novo Aeroporto de Lisboa, em Alcochete.

No âmbito do processo de elaboração do PDML, a CML realizou várias sessões públicas de âmbito temático realizadas no CIUL (Centro de Informação Urbana de Lisboa) e sessões por áreas territoriais para que toda a população possa compreender os objectivos e as políticas propostas no PDML e possam participar activamente neste processo.

Objecto de avaliação da AAE é o que a AAE vai avaliar. Em geral deve avaliar as estratégias propostas pelo plano, considerando as opções possíveis bem como a sua expressão no modelo territorial.

O modelo territorial do PDML assenta em dois sistemas vitais:

- Sistema ecológico (garante a biodiversidade na cidade com a valorização dos vales principais e do parque periférico e das ligações a Monsanto);
- Sistema de mobilidade

Por outro lado, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu uma visão para a cidade na chamada “Carta Estratégica de Lisboa – 2010-2024” e identificou seis desafios cruciais para o desenvolvimento futuro do município:

- Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa;
- Tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos;
- Promover uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente;
- Promover uma cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego;
- Afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado;
- Criar um modelo de governo eficiente, participado e financeiramente sustentável.

Estes desafios foram vertidos para o PDML através da definição da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial**, articulada em torno de quatro grandes prioridades estratégicas:

1. Afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais;
2. Revitalizar a cidade consolidada;
3. Promover a qualificação urbana;
4. Estimular a participação dos cidadãos e melhorar o modelo de governação.

Estas prioridades estratégicas constituem assim os caminhos desejados para o desenvolvimento da cidade, que são depois concretizadas na prática pelo modelo territorial do plano, através de medidas e regras de uso e ocupação do espaço.

(garante a vida e a economia da cidade e a sua relação com a Área Metropolitana de Lisboa e o país, eficiente e sustentável, articulando os principais pólos de emprego e protegendo os bairros residenciais ao tráfego de atravassamento).



A Carta Estratégica de Lisboa – 2010-2024 identificou ideias força para o desenvolvimento da cidade:

- Mais famílias e mais empresas;
- Mais reabilitação e melhor aproveitamento do edificado e da urbanização existente;
- Melhor espaço público e mais áreas pedonais;
- Menos carros a circular, melhores transportes públicos e mais meios suaves de transporte;
- Mais verde e maior eficiência energética;
- Mais autonomia municipal e racionalidade na utilização dos recursos.

QUAIS FORAM OS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD) DO PDML?

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram sobretudo apontar para aspectos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e a sua sustentabilidade. Pretende-se assim avaliar como é que as estratégias do PDM podem dar resposta a estes aspectos críticos.

Identificaram-se assim seis FCD para a cidade de Lisboa, em conjunto com a CML, bem como outras entidades relevantes:

- **FCD 1 – Função Habitacional e Vivência Urbana:** diz respeito às condições de vida na cidade e à sua população (ex: habitação, espaço público, inclusão social).
- **FCD2 – Recursos Ambientais e Culturais:** diz respeito aos elementos naturais (ex: espaços verdes, estuário do Tejo) e infra-estruturas e equipamentos (ex: rede de drenagem e saneamento básico, gestão dos resíduos, rede pedonal e ciclovias) que permitem assegurar a qualidade do ambiente na cidade e a prevenção de riscos naturais (ex: inundações), bem como ao património cultural.

- **FCD3 – Mobilidade:** diz respeito às condições de acesso e deslocação na cidade, designadamente a qualidade e eficiência da rede de transportes, bem como investimentos para incentivar o uso de transportes alternativos ao automóvel e com menor impacto no ambiente (ex: transporte público, bicicletas).
- **FCD4 – Energia e Alterações Climáticas:** diz respeito à promoção da eficiência energética na cidade e desenvolvimento de mecanismos de prevenção e adaptação às alterações climáticas.
- **FCD5 – Vitalidade Económica:** diz respeito aos elementos de dinamização e revitalização da actividade económica, designadamente factores relacionados com a atractividade empresarial, a criatividade empreendedora e inovação, e a dinâmica turística.
- **FCD6 – Modelo de Governação:** diz respeito à forma de governação e ao nível de envolvimento e participação dos cidadãos nos processos de construção e desenvolvimento da cidade.

QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM AVALIADAS?

As opções estratégicas do PDML correspondem às quatro grandes prioridades estratégicas identificadas para o desenvolvimento territorial da cidade e as respectivas linhas estratégicas:

Prioridades estratégicas do PDML	Linhas Estratégicas do PDML
1. Afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> a) Desenvolver as redes internacionais e inter-urbanas b) Afirmar a cidade como um pólo de inovação internacional e dinamizar o emprego c) Articular em rede as centralidades da cidade alargada de Lisboa d) Valorizar a identidade e a cultura na perspectiva da cidade cosmopolita e multicultural
2. Regenerar a cidade consolidada	<ul style="list-style-type: none"> a) Reabilitar e revitalizar o edificado e o património arquitectónico e paisagístico b) Qualificar os espaços não edificados nas malhas urbanas consolidadas e reconverter espaços com usos desactivados
3. Promover a qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> a) Reforçar a coesão sócio-territorial e melhorar as vivências urbanas b) Promover a sustentabilidade ambiental
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	<ul style="list-style-type: none"> a) Estimular a participação pública b) Desenvolver um modelo eficiente de governação

QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS, E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?

Foram analisadas as principais políticas, planos e programas europeus, nacionais e regionais que estabelecem objectivos e/ou metas de sustentabilidade e que devem orientar o PDML.

As principais políticas orientadoras do PDML são:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS),
- Estratégia Nacional para a Energia (ENE),
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB),
- Orientações Estratégicas para o sector Marítimo-Portuário,
- Estratégia Nacional para as Florestas

Os principais planos e programas são:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas
- Plano Nacional da Água
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II
- Programa Portugal Logístico
- Plano Tecnológico
- Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
- Plano Estratégico de Transportes
- Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa
- Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na região Lisboa e Vale do Tejo
- Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes

QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS QUE PODEM SER RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?

Função Habitacional e Vivência Urbana: principais tendências negativas incluem o envelhecimento, despovoamento e degradação dos edifícios nas áreas centrais, elevado número de fogos vagos, oferta de fogos pouco adequada às diferentes necessidades e estilos de vida da população e existência de áreas com falta de espaço público de qualidade, sendo o estacionamento um problema na cidade. No entanto, já se verifica actualmente investimento em obras de reabilitação de edifícios, tanto municipais, como particulares, bem como na melhoria do espaço público e da qualidade de vida nos bairros históricos através do acesso condicionado ao tráfego.

Recursos Ambientais e Culturais: falta de espaços verdes urbanos (sobretudo nas áreas centrais da cidade e nalgumas áreas de periferia), o crescimento do uso do automóvel (com consequências negativas para a melhoria dos níveis de ruído e da

qualidade do ar), uma alta vulnerabilidade a sismos e inundações e um mau estado de conservação do património cultural (o que dificulta a sua valorização e fruição). Apesar destas tendências negativas, actualmente já existe uma grande diversidade de espaços verdes e uma oferta cultural de qualidade e variada. Foram também efectuados vários investimentos importantes para melhorar o ambiente na cidade e em particular na zona ribeirinha, designadamente ao nível do saneamento e da recolha selectiva dos resíduos urbanos.

Mobilidade: tendências negativas incluem uma forte dependência do automóvel para as deslocações dentro da cidade e dos concelhos próximos para a cidade, havendo igualmente falta de oferta de estacionamento e áreas da cidade ainda insuficientemente servidas de rede viária e conseqüentemente de transporte público. Contudo, já se encontram em curso ou estão previstos investimentos importantes que deverão melhorar o acesso à cidade (sobretudo dos concelhos vizinhos), bem como a própria circulação dentro de Lisboa. Verifica-se igualmente uma forte aposta em diminuir o impacto ambiental dos transportes públicos, tornando-os mais eficientes, mas também em melhorar as condições de circulação para as bicicletas e para as deslocações a pé.

Energia e Alterações Climáticas: os edifícios e equipamentos públicos (como iluminação) ainda são pouco eficientes energeticamente e existe um consumo excessivo de água e energia na cidade, estando os níveis de emissão de CO₂ demasiadamente altos. No entanto, a cidade já tem uma estratégia para tornar a cidade mais eficiente e reduzir as suas emissões de CO₂ – Estratégia Energético Ambiental – que está a ser implementada. Por outro lado, a cidade tem uma grande vulnerabilidade a inundações, que deverão ser cada vez mais frequentes devido aos efeitos das alterações climáticas.

Vitalidade Económica: a cidade tem vindo a perder empresas devido sobretudo ao custo elevado e frequente inadequação das instalações associadas a actividades de serviços, logística e distribuição, bem como à existência de burocracia excessiva associada aos processos de investimento. Contudo, há investimentos importantes para aumentar a sua atractividade na área da inovação e desenvolvimento tecnológico, e os níveis de instrução da população residente têm vindo a crescer. Em matéria de turismo, regista-se um decréscimo generalizado das taxas de ocupação em estabelecimentos hoteleiros nos últimos anos. No entanto, tem havido um aumento da capacidade de alojamento na cidade, bem como da qualidade dos agentes e instituições turísticas e culturais.

Modelo de Governação: o modelo em vigor e o próprio funcionamento interno da CML encontram-se desadequados face à realidade da cidade, necessita de um planeamento e gestão mais localizados. Por outro lado, a participação activa dos cidadãos na governação da cidade está abaixo dos níveis pretendidos. No entanto, já se encontram em curso alguns programas que deverão permitir melhorar a eficiência da governação da cidade, verificando-se mais participação pública, decorrentes de um esforço de melhor informação ao público e de introdução de mecanismos de participação, como o orçamento participativo.

QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Principais Oportunidades:

O PDML é construído numa **visão a longo prazo**, suportado por uma **Estratégia de Desenvolvimento Territorial**.

Adopta um modelo de planeamento e gestão que permite **uma maior proximidade com as necessidades específicas de cada região de Lisboa** em nove áreas da cidade que apresentam condições e necessidades de intervenção próprias e para as quais se estabeleceram objectivos e projectos específicos. Este modelo também aposta numa **maior proximidade com os cidadãos**, possibilitando e incentivando a sua participação na construção e desenvolvimento da cidade. É um plano flexível, capaz de se adaptar a mudanças.

A **política de habitação** identifica bairros prioritários para intervenção, bem como possibilita uma maior e mais diversificada oferta de habitação, para que diferentes classes de população encontrem condições para viver na cidade. Associada a esta política encontra-se a **determinação de áreas prioritárias para regeneração urbana**, bem como a de **revitalização dos bairros históricos**, que em conjunto permitirão aumentar a atractividade da cidade para habitação e assim combater o esvaziamento da sua população.

O PDML organiza a cidade em pólos urbanos que concentram diferentes usos económicos, que permitirão captar diferentes tipos de investimento, aumentar a competitividade e a **vitalidade económica de Lisboa**.

A **mobilidade** na cidade alivia o centro histórico e os bairros residenciais da cidade do tráfego automóvel, favorece o uso do transporte público, bem como o uso de outros modos alternativos de transporte, como a bicicleta e as deslocações a pé. Os benefícios reflectem-se na **diminuição do ruído e a melhoria da qualidade do ar**.

Garante a **conservação e o bom funcionamento do sistema ecológico** da cidade, ou seja, o sistema formado pelos espaços verdes naturais e construídos, (como os jardins e os parques) e a **sua ligação com o sistema húmido**, formado pelos diversos canais e ribeiras que atravessam a cidade. Estes sistemas não só são fundamentais para a qualidade do ambiente urbano e para a saúde da população, mas também para a sua segurança, verificando-se uma forte aposta em **aumentar zonas de infiltração e retenção da água** e minimizar assim inundações.

O sistema ecológico e húmido em conjunto com a **política energético-ambiental** adoptada pelo PDML permite aumentar a eficiência no consumo de energia na cidade, reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa – GEE e constituir uma estratégia de **combate às alterações climáticas**.

Principais Riscos:

Insuficiente **coordenação global das questões de gestão e planeamento ambiental** que se justifica em relação a, por exemplo, intervenções ao nível do comportamento das actividades no espaço urbano, exigências em operações urbanísticas, qualidade

da utilização dos espaços públicos e desafio urbano.

A aposta em reservar áreas para produção alimentar, incluindo hortas urbanas, procura contribuir para uma **maior segurança alimentar da população de Lisboa**, mas é ainda insuficiente. Exige que este problema tenha um maior enquadramento regional e um tratamento mais profundo a nível municipal.

Potencial impacto nas condições de mobilidade e consequentemente na qualidade do ambiente urbano (sobretudo quanto ao ruído e qualidade do ar) da cidade associado ao **aumento de automóveis resultantes da Terceira Travessia do Tejo**.

Insuficiente **adaptação às alterações climáticas**, em relação à adaptação dos edifícios e infraestruturas existentes, sobretudo em zonas vulneráveis, como as zonas de inundação, apesar da importância das medidas de mitigação associadas às estratégias para as alterações climáticas e energia.

QUAIS AS PRINCIPAIS DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO? E QUEM SÃO OS PRINCIPAIS AGENTES NO SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO?

Directrizes de planeamento, das quais se destacam as seguintes:

- Considerar e gerir as características sócio-demográficas dos residentes nos projectos de regeneração urbana e revitalização do edificado e espaço público;
- Reforçar o papel do espaço público como sistema estruturante e motor de novas vivências urbanas em níveis subsequentes de planeamento;
- Identificar e planear as medidas de gestão estacionamento necessárias para minimizar as carências para residentes nas áreas centrais a assegurando a aposta no favorecimento de soluções de estacionamento alternativas à via pública;
- Assegurar a implementação e manutenção da estrutura ecológica municipal e da sua continuidade, nomeadamente nos espaços verdes a consolidar, bem como a sua eficácia na salvaguarda e valorização dos recursos naturais e paisagísticos;
- Assegurar a correcta implementação das bacias de retenção, a interdição da ocupação do subsolo em zonas de muito elevada vulnerabilidade à inundação bem como promover a utilização da água armazenada nas bacias de retenção para usos diversos (e.g. combate a incêndios e lavagem das ruas das cidades);
- Acautelar o aumento do tráfego rodoviário induzido pela Terceira Travessia do Tejo no funcionamento da rede de mobilidade e, em particular, da sua influência na transferência modal para transporte colectivo, salvaguardando os condicionantes determinados pela DIA;
- Monitorizar a evolução da utilização de transporte colectivo resultante dos investimentos efectuados na rede de transporte colectivo;
- Garantir a qualidade da Rede de Mobilidade Suave;
- Promover a utilização de tecnologias mais eficientes a nível energético nos projectos de requalificação e regeneração urbana respectivos;
- Desenvolver soluções para o edificado existente nos espaços ribeirinhos, que se encontra particularmente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas;

- Desenvolver uma estratégia de promoção e intensificação da capacidade de inovação económica em Lisboa, eventualmente associada a um Plano de Crescimento da cidade;
- Articular as estratégias e intervenções territoriais com a dinâmica marítimo-portuária de Lisboa, de modo a reforçar o peso económico deste sector à escala local;
- Implementar um mecanismo de avaliação da eficácia da participação pública no planeamento e gestão do município.

Os principais agentes no sucesso da implementação do PDML são obviamente a própria CML e respectivas agências municipais (como a Lisboa E-Nova) e outras entidades públicas como a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Administração do Porto de Lisboa, Agência Portuguesa do Ambiente, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, mas igualmente o sector privado e a população em geral, cuja participação activa será fundamental para que o PDML garanta um desenvolvimento sustentável de Lisboa.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?

- Capacidade de oferta e tipologias de habitação face à procura, em particular dos fogos vagos.
- Proporção de solo edificado em zonas de elevada vulnerabilidade aos riscos naturais.
- Área verde concretizada, por classe de espaço verde.
- Evolução do tráfego decorrente da existência de novas polaridades ou acessibilidades (Terceira Travessia do Tejo, Administração do Porto de Lisboa).
- Grau de satisfação da população relativamente ao serviço de transporte colectivo.
- Medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas adoptadas.
- Utilização de incentivos à fixação de actividades terciárias com capacidade de inovação e de investigação e desenvolvimento.
- Grau de satisfação dos processos de participação pública.

O QUE SE CONCLUIU SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PDML?

O PDML é reconhecido pela sua excelência em termos de conceito urbanístico e enquanto plano programático com natureza flexível. Ressalva-se a importância de nesta flexibilidade se manter a observação dos princípios de sustentabilidade, situação que pode ser veiculada pelo recurso a instrumentos como a AAE na sua vertente de instrumento para a sustentabilidade, com uma abordagem colaborativa e positiva.

O PDML apresenta uma estratégia capaz de ultrapassar problemas críticos do

município, designadamente ao nível da vivência urbana, da regeneração do espaço edificado e valorização dos seus bairros, da mobilidade e do ambiente urbano, aumentando a qualidade e a atractividade da cidade.

No entanto, sendo a sustentabilidade um dos princípios orientadores do PDML, considera-se que deveria haver uma estratégia mais clara para este efeito. Verificam-se medidas a vários níveis que no seu conjunto contribuem para a sustentabilidade da cidade, mas essa visão de conjunto não é sempre evidente, recomendando-se assim que o município de Lisboa venha a desenvolver uma Estratégia Local para a Sustentabilidade de Lisboa.

De um ponto de vista global, importa desde já apontar três problemas críticos relativamente aos quais o PDML está fragilizado:

1. A vulnerabilidade à TTT. Uma parte da estratégia de mobilidade do PDML está definida em função da TTT, e estruturalmente ancorada no anel regional que só será viabilizado com a TTT. O provável adiamento da TTT pode vir a ter implicações sobre a estratégia de mobilidade do PDML. Mas a construção da plataforma rodoviária poderá provocar enormes pressões sobre a gestão do tráfego na cidade e conseqüentemente sobre os níveis de qualidade do ar e ruído, bem como sobre a fluidez do trânsito. Muito embora se trate de decisões que ultrapassam o próprio PDM, este tem que estar preparado para essa eventualidade, e não se detecta no plano qualquer estratégia de risco nesse sentido.

2. A permeabilidade do território municipal em contexto de alterações climáticas. A estratégia de aumento da superfície foliar, na forma de diversas tipologias de espaços verdes, a introdução de bacias de retenção e de salvaguarda do sistema húmido associado à estrutura ecológica municipal, as medidas de adaptação e de mitigação às alterações climáticas são sem dúvida iniciativas relevantes. Contudo os riscos elevados de inundação na cidade de Lisboa, e a susceptibilidade do território municipal a fenómenos de pluviosidade extrema sugerem que a CML deva ser mais cautelosa sobre esta matéria, e sobretudo deva ter como prioridade aumentar a resistência do espaço territorial municipal às vulnerabilidades. Como já indicado, recomenda-se a realização de um estudo sobre a capacidade de infiltração e permeabilidade da cidade face a fenómenos de pluviosidade extrema.

3. Política transversal para os espaços públicos e para o ambiente urbano. O ambiente urbano está fortemente ligado à qualidade dos espaços públicos. Face à relevância para a qualidade ambiental e sustentabilidade do município de Lisboa, e para o aumento da resiliência do município às vulnerabilidades climáticas, os espaços públicos e o ambiente urbano mereciam ter sido objecto de uma política específica. Mas não ficou definida uma estratégia que lhes garanta coerência na ideia municipal para esses domínios.

Ao nível mais específico, são de realçar, pela sua importância para a eficácia do PDML a estratégia de programação da gestão municipal e ainda:

- A política de habitação, suportada no Programa Local de Habitação;
- A estratégia de priorização de áreas para regeneração urbana;
- A revitalização de bairros históricos, incluindo a política de compactação

adoptada;

- A política de atracção de empresas;
- A política de equipamentos e mecanismos de cedências e compensação em operações urbanísticas;
- A política de mobilidade orientada para a dissuasão do uso do TI e do atravessamento dos bairros;
- O sistema ecológico como sistema estruturante do território municipal, associado à mobilidade suave, bem como ao sistema húmido e eixos de drenagem;
- As apostas na continuidade das superfícies permeáveis e em assegurar a infiltração e retenção das águas pluviais;
- A superfície vegetal ponderada como forma de aumentar a superfície foliar do município, com efeitos ao nível do aumento de captação de dióxido de carbono e regulação do clima urbano;
- A política energético-ambiental que trará benefícios do ponto de vista do consumo de recursos ambientais (com potenciais sinergias com a estratégia de gestão de resíduos) e da redução de emissões de gases com efeito de estufa;
- A estratégia para as alterações climáticas que adopta medidas específicas;
- A estratégia para a gestão de resíduos;
- A estratégia para o saneamento;
- A estratégia para a melhoria da qualidade do ar e ruído;
- A preocupação com a segurança alimentar;
- A aposta na descentralização da administração do território, através de unidades operativas de planeamento e gestão dotadas de autonomia funcional;
- O sistema de monitorização proposto apoiado no relatório de estado do ordenamento do território e num repositório dinâmico de dados acessível online.

Outros aspectos assinalados como preocupações mais relevantes:

- As incompatibilidades potenciais de implementação da estrutura ecológica municipal ao nível de planos de hierarquia inferior ao PDML;
- Escassez de medidas de adaptação às alterações climáticas do edificado existente em zonas vulneráveis;
- Redes internacionais que dependem de infra-estruturas de transportes que são seguramente insuficientes para concretizar objectivos de liderança de redes, afirmação da identidade multi-cultural e desenvolvimento da economia de conhecimento;
- Por fim, no contexto da governança, deve realçar-se a incerteza associada à eficácia de implementação do novo modelo de administração do território baseado unidades operativas de planeamento e gestão, dotadas de autonomia funcional, nomeadamente ao nível de medidas que assegurem a capacitação técnica, logística e orçamental de suporte e, conseqüentemente, a sua eficácia.

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA**



PDM
P L A N O
DIRECTOR
MUNICIPAL
DE LISBOA

**UMA CIDADE PARA O FUTURO,
UMA CIDADE PARA AS PESSOAS.**



<http://www.cm-lisboa.pt>
<http://pdm.cm-lisboa.pt>
revisao.pdm@cm-lisboa.pt